

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

25 a 29 de novembro de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Startups](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Nomeações](#)

Atividades da Assespro Nacional

A Confederação Assespro acompanhou a reunião da Comissão Temporária de Inteligência Artificial (CTIA) do Senado Federal em que foi promovida a leitura do parecer do relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), ao PL 2338/2023, que trata da regulação do uso de IA no país. A entidade esteve representada pelo vice-presidente de Articulação Política, Deybson Cipriano, e por Renato Roll, da Foco - Relações Governamentais.

Embora o novo parecer traga alguns avanços com relação ao texto divulgado pelo relator em junho, a entidade avalia que ainda existem pontos importante de aprimoramento e já iniciou movimento visando a apresentação de emendas na Comissão em articulação com outras entidades impactadas.

A votação do projeto na Comissão está prevista para ocorrer na próxima terça-feira (3), às 11h. Com o objetivo de concluir a análise do projeto no Senado ainda em dezembro, o senador

Eduardo Gomes afirmou que irá conversar com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para que a matéria seja deliberada em Plenário já na próxima semana.

A Confederação também foi representada por Renato Roll, da Foco - Relações Governamentais, em reunião da participou de reunião da Reunião Câmara de Serviços Baseados em Conhecimento do Fórum MDIC de Comércio e Serviços em preparação à reunião plenária no Fórum prevista para ocorrer em 09/12.

Internet

- **CCOM irá debater projeto que veda taxação de plataformas por uso intensivo da rede.** A Comissão de Comunicação (CCOM) aprovou [requerimento](#) para realização de audiência pública para debater o [PL 469/2024](#) (*Veda taxação de plataformas por uso intensivo da rede*), apresentado pelo deputado **Fernando Coelho Filho** (UNIÃO/PE). O evento deve ser realizado na próxima quarta (4), após o qual prosseguir-se-á com a votação do relatório. Deverão ser convidados, entre outros, representantes do Ministério das Comunicações (MCOM); da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); e do *Global System for Mobile Communications* (GSMA).
 - » Além disso, cabe destacar que a relatora da matéria, deputada **Silvye Alves** (UNIÃO/GO), proferiu seu [parecer favorável](#) com emenda de redação ao projeto durante a reunião deliberativa desta quarta-feira (27). Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
- **Para especialistas, criar política de soberania digital é urgente no Brasil.** Em uma audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação (CCTI) da Câmara dos Deputados, realizada nesta quarta-feira (27), especialistas enfatizaram a urgente necessidade de o Brasil estabelecer políticas que garantam sua soberania de dados diante da crescente concentração de poder das grandes empresas de tecnologia. **Márcio Pochmann**, presidente do IBGE, apontou a falta de integração entre os bancos de dados dos diversos ministérios, sugerindo a criação de um Sistema Nacional de Geoestatística e de Dados, coordenado pelo IBGE. **Ana Maria de Almeida Ribeiro**, da UFRJ, destacou a importância de investir em centros de pesquisa de alta qualidade, enfatizando que a infraestrutura nacional deve ser fortalecida, incluindo recursos como *data centers* e laboratórios, sem depender das grandes *techs*.
 - » Já o professor **Sergio Amadeu da Silveira**, da UFABC, alertou sobre a necessidade de o Brasil controlar suas próprias infraestruturas digitais para garantir armazenamento seguro de dados e potencializar o desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial. Amadeu clamou por uma política nacional que defenda a soberania digital, propondo a criação de *data centers* federados nas instituições de ensino superior. Com informações de: [Teletime](#)
- **STF começa a julgar ações sobre regras do Marco Civil da Internet para remoção de conteúdos.** O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, nesta quarta-feira (27), o juízo de duas ações que abordam a responsabilidade das plataformas de internet em relação a conteúdos publicados por terceiros e a possibilidade de remoção de postagens consideradas

ofensivas sem necessidade de autorização judicial. No primeiro caso, o Recurso Extraordinário (RE) 1037396, relatado pelo ministro **Dias Toffoli**, questiona a validade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que estipula que provedores só podem ser responsabilizados por conteúdos ilícitos após ordem judicial. O Facebook contesta uma decisão judicial que exigiu a Exclusão de um perfil falso. No RE 1057258, sob a relatoria do ministro **Luiz Fux**, o Google defende que não deve ser obrigada a fiscalizar conteúdos, contestando uma condenação por não ter removido uma comunidade no Orkut que ofendia um usuário.

- » As defesas do Facebook e do Google enfatizaram que a obrigatoriedade de remoções sem ordem judicial poderia levar à censura, prejudicando até o trabalho jornalístico. Por outro lado, a Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital argumentou que a exigência de mediação judicial não protege a liberdade de expressão e propôs uma moderação mais eficiente por parte das plataformas. Outros grupos, como o Instituto Alana e o Ministério Público de São Paulo, também apresentaram suas visões durante o julgamento. Com informações de: [ASCOM STF](#)

- **MCom e Anatel preparam diagnóstico sobre data centers e telecom.** O **Ministério das Comunicações (MCom) e a Anatel** estão desenvolvendo diagnósticos sobre a infraestrutura de processamento de dados no Brasil, em resposta à crescente interdependência entre as redes de telecomunicações e os data centers. Durante o evento TELETIME Tec Redes & Infra, realizado em São Paulo no dia 26 de setembro, o **diretor de políticas do MCom, Juliano Stanzani**, enfatizou a importância de adotar uma abordagem holística na elaboração de políticas públicas, que considere o ecossistema digital de forma ampla, em vez de focar apenas nas telecomunicações. Ele destacou a necessidade de identificar lacunas na infraestrutura de dados do país, refletindo a tendência das empresas do setor de cada vez mais eliminar as barreiras entre telecomunicações e processamento de dados. Com informações de: [Teletime](#)

Segurança Cibernética

- **Ministério faz balanço sobre programas e projetos de segurança cibernética.** A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital (SETAD), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), apresentou nesta quarta-feira (27) em Brasília um panorama sobre suas iniciativas em segurança cibernética. O diretor de Incentivos às Tecnologias Digitais, **Hamilton José da Silva**, ressaltou o compromisso do MCTI em posicionar o Brasil como um líder no cenário digital. Durante o evento, foram discutidos vários projetos apoiados pelo Fundo de Programas e Projetos Prioritários de Informática (PPI), regulamentado pela Lei de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que fomenta pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) no setor. **Nelson Simões**, diretor da RNP, enfatizou a necessidade de desenvolver previsibilidade em relação a cenários de segurança. Com informações de: [ASCOM MJSP](#)
- **Vai à CSPCCO projeto que institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético.** A Comissão de Comunicação (CCOM) aprovou o PL 1356/2024 (Institui o Dia Nacional de Combate ao Crime Cibernético), seguindo o parecer favorável da deputada **Silvye Alves** (UNIÃO/GO). A matéria segue à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO). Após análise da CSPCCO, a matéria ainda passa pelas Comissões de

Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

- **TCU reforça necessidade de órgão nacional de cibersegurança.** O Tribunal de Contas da União (TCU) ênfaticamente a urgência da criação de uma entidade nacional dedicada à cibersegurança no Brasil, conforme evidenciado em um [acórdão](#) divulgado no dia 26/11. A análise foi realizada a partir de uma auditoria da Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), estabelecida pelo [Decreto 11.856/2023](#), para verificar sua conformidade com as melhores práticas. Durante a discussão, o relator do caso, ministro Benjamin Zymler, destacou a ausência de uma organização que direcione de forma eficaz as ações cibernéticas em nível nacional, o que requer colaboração entre diferentes níveis de governo e a inclusão da sociedade civil. **O ministro, junto ao plenário do TCU, aprovou uma recomendação que sugere à Casa Civil, com o suporte do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a organização de uma estrutura capaz de gerenciar os riscos da PNCiber, que atualmente enfrenta limitações em sua implementação.** Com informações de: [Tele.Sintese](#)

Inteligência Artificial

- **Relator apresenta novo relatório a projeto que regula Inteligência Artificial.** A Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) realizou reunião para apresentação do novo relatório ao [PL 2338/2023](#) (*Inteligência Artificial*), do senador Eduardo Gomes (PL/TO). Após a leitura do relatório, o presidente da CTIA, senador Carlos Viana (PODE/MG), anunciou que os parlamentares terão um **prazo até a próxima segunda-feira (2)** para realizarem avaliações finais sobre os pontos acrescentados e **apresentarem eventuais novas emendas**. Além disso, está prevista uma reunião deliberativa na próxima terça-feira (3), às 11h, para a votação final do relatório. Com o objetivo de concluir a análise do projeto no Senado ainda em dezembro, o senador Eduardo Gomes afirmou que irá conversar com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para que a matéria seja **deliberada em Plenário na próxima semana**. Após a conclusão da análise pela CTIA, a matéria será votada em Plenário. Caso aprovada, segue para a Câmara dos Deputados.
- **CCTI irá debater tecnologia e regulação de sistemas de IA.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) da Câmara dos Deputados convocou para a próxima quarta-feira (4), às 9h, a realização de audiência pública para debater tecnologia e regulação de sistemas de Inteligência Artificial, conforme [requerimento](#) apresentado pelo deputado **Sargento Portugal** (PODE/RJ). Está prevista a realização de 2 mesas de debate com os seguintes temas: (I) **Mesa 1** - Conceito de Inteligência Artificial, com o objetivo de "perscrutar e discernir os contornos mais precisos e técnicos do conceito de IA, que possui óbvias consequências na abrangência da regulação e impacto direto em alguns setores"; e (II) **Mesa 2** - Governança do setor: "Qual o melhor formato de governança da IA no Brasil, a existência de um ente regulador único e centralizado, ou a adoção de um modelo fragmentado de competência, a forma verticalizada". Devem participar do debate, dentre outros, representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**); da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (**ANPD**); do Instituto Nacional

da Propriedade Industrial (INPI); do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e **Andrey Ribeiro Perez Nunes**, Gerente de Controle de Obrigações de Qualidade da Superintendência de Controle de Obrigações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

- **Vai à CCTI projeto que prevê ferramentas de IA para preservação de direitos autorais.** A Comissão de Cultura (CCULT) aprovou o [PL 1473/2023](#) (*ferramentas de IA para preservação de direitos autorais*), seguindo o [parecer favorável](#) com emenda de redação, da deputada **Jandira Feghali** (PCdoB/RJ). A matéria segue à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). Após análise da CCTI, o projeto passará ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – salvo interposição de recurso para manifestação anterior do Plenário da Câmara.
- **CCJC rejeita projeto que dispõe sobre Inteligência Artificial na Administração Pública.** A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) rejeitou o [PL 705/2022](#) (*Inteligência Artificial na Administração Pública*), seguindo o [parecer](#) pela inconstitucionalidade apresentado pelo deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL/SP). A matéria será arquivada – salvo a interposição de recurso para deliberação pelo Plenário da Câmara. Observa-se que a CCTI chegou a aprovar o [PL 705/2022](#) (*Inteligência Artificial na Administração Pública*), seguindo o [parecer favorável](#) do deputado **Gustavo Fruet** (PDT/PR) ainda em 2022.
- **Conselho de Direitos Humanos quer regras para responsável de IA. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) emitiu uma nota exigindo que o Legislativo brasileiro avance na regulação da Inteligência Artificial (IA).** A entidade ressaltou a urgência de estabelecer normas que defendam os direitos da sociedade, enfatizando a relevância de princípios como a transparência algorítmica, a explicabilidade dos sistemas e a promoção da não discriminação, além da mitigação de vieses presentes nas tecnologias de IA. O CNDH argumentou que uma abordagem que leve em conta aspectos interseccionais é fundamental para garantir que a implementação da IA não agrave desigualdades sociais existentes, mas, sim, proteja os direitos humanos de todos os cidadãos. Com informações de: [Teletime](#)

Educação

- **Vai à CCJC projeto sobre oferta de bolsas no PROUNI e participação dos estudantes em ambientes práticos no mercado de trabalho.** A Comissão de Educação (CE) aprovou o [PL 1358/2024](#) (*oferta de bolsas no PROUNI e participação dos estudantes em ambientes práticos no mercado de trabalho*), na forma do [parecer favorável](#), com emenda, apresentado pela relatora, deputada **Luisa Canziani** (PSD/PR). A matéria seguirá para deliberação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Aprovado em junho pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), a proposição segue para análise CCJC e, caso aprovada, será encaminhada ao Senado Federal – salvo recurso interposto para apreciação anterior pelo Plenário da Câmara.

- **Fust: Ministério das Comunicações destina R\$ 56,7 mi para conectar 500 mil alunos de escolas públicas do Norte e Nordeste.** O Ministério das Comunicações anunciou a destinação de R\$ 56,7 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para promover a conectividade de 500 mil alunos em escolas públicas do Norte e Nordeste do Brasil. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ficará responsável pela operação dos recursos, que serão repassados a três empresas selecionadas em uma chamada pública realizada em agosto: Rix Internet, que receberá R\$ 34,4 milhões; Norte Brasil Network, com R\$ 20,4 milhões; e Instituto Tecnológico Inovação (ITI), que receberá R\$ 1,9 milhão. O ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, enfatizou a importância de investir em infraestrutura digital para garantir que a internet chegue a todos os alunos, destacando que o Fust é essencial para a concretização dessa meta. Com essa iniciativa, mais de 500 mil estudantes de 1,4 mil escolas públicas nas duas regiões, que apresentam os menores índices de conectividade na educação básica do país, terão acesso à internet. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)
- Governo deve lançar novo edital para Escolas Conectadas em 2025. Os Ministérios das Comunicações e da Educação, junto com o BNDES, estão planejando um novo edital para 2025, destinado a conectar escolas públicas à internet por meio do programa Escolas Conectadas. O projeto será financiado com recursos do Fust e visa levar internet de alta velocidade para o ensino básico em todo o Brasil. As empresas responsáveis pela implementação serão selecionadas pelo BNDES, que operacionaliza os financiamentos. Com informações de: [ASCOM MCOM](#)

Mídias Sociais

- **Aprovado em 1º turno projeto sobre proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) aprovou o [PL 2628/2022](#) (proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais) na forma do novo substitutivo oferecido pelo senador **Flávio Arns** (PSB/PR). A matéria foi ainda aprovada em turno suplementar realizado na mesma reunião, de maneira que o projeto aguarda o fim do prazo regimental de recursos à decisão terminativa para ser encaminhado para apreciação pela Câmara dos Deputados. Caso seja apresentado recurso, esse será objeto de deliberação pelo Plenário do Senado. Informamos também que foram apresentadas as Emendas [18](#), [19](#), [20](#) e [21](#), tendo sido rejeitadas as Emendas 18, 19 e 21 e acolhida a Emenda 20.

PD&I

- **Pronto para inclusão na pauta deliberativa da CICS projeto que dispõe sobre remuneração do empregado por invenção e modelo de utilidade.** O deputado **Josenildo** (PDT/AP), apresentou [parecer](#) pela aprovação do [PL 2141/2023](#) (remuneração do empregado por invenção e modelo de utilidade), e pela rejeição do [PL 169/2024](#), apensado. A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após apreciação da CICS, o projeto seguirá para análise das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, seguirá ao Senado Federal.

- **GSI institui GT responsável por proposta de regulamentação de normas aplicáveis às atividades espaciais.** Por meio da [Resolução nº 31/2024](#), o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) instituiu Grupo Técnico (GT) com o propósito de elaborar estudos e apresentar proposta de regulamentação de normas aplicáveis a atividades espaciais nacionais (Lei nº 14.946/2024). O GT terá composição interministerial e prazo de 120 dias (prorrogáveis), podendo convidar para participar de suas reuniões, ou para integrá-lo, representantes de outros órgãos ou entidades que possam contribuir tecnicamente para esclarecimentos de matérias afetas ao objetivo a ser alcançado pelo subcolegiado.
- **CDOEB/GSI aprova relatórios finais de grupos técnicos.** Além disso, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) publicou também nesta semana, duas resoluções que aprovam relatórios finais de grupos técnicos, quais sejam:
 - » A [Resolução nº 27/2024](#) aprova o Relatório Final do GT que elaborou diagnósticos e propôs iniciativas interministeriais para a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do Centro Espacial de Alcântara;
 - » Já a [Resolução nº 28/2024](#) aprova o Relatório Final do GT que elaborou estudos sobre o estabelecimento de governança do Sistema de Satélites de Defesa e Comunicações Estratégicas.

Startups

- **Vai à CCJC projeto que dispõe sobre financiamento de startups pelos fundos constitucionais.** A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou o PL 5306/2020 (financiamento de startups pelos fundos constitucionais), seguindo o parecer da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), pela aprovação, com subemenda ao substitutivo adotado pela CINDRE. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Após a análise da CCJC, a matéria segue para o Plenário e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna ao Senado Federal para deliberação das alterações promovidas. Caso aprovado na forma do texto aprovado pelo Senado Federal, a matéria será remetida à sanção presidencial.

Economia & Tributário

- **Presidente do Senado reafirma prioridade de regulamentar a reforma tributária em 2024.** O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, comentou que, após reunião de líderes, há um compromisso de votar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nas próximas semanas, antes de levar o texto ao Plenário. A expectativa é que o relator, senador Eduardo Braga, apresente o relatório que está sendo finalizado, o qual já conta com quase 1.800 emendas. O projeto contempla a criação do IVA dual, substituindo cinco tributos por três, buscando simplificar a cobrança e ampliar a eficiência da arrecadação. O debate sobre a reforma envolveu diversas audiências públicas, em que representantes de setores como turismo e saneamento

apresentaram sugestões de ajustes para tornar a nova tributação mais justa. Além disso, destacou-se o sistema de “split payment”, que vincula a nota fiscal ao meio de pagamento, visando reduzir a sonegação. As discussões também incluíram aspectos sociais da reforma, como a proposta de cashback para famílias de baixa renda, beneficiando membros do Bolsa Família. Com informações de: [Agência Senado](#):

- **Primeira ação judicial contra a reforma tributária brasileira é protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Partido Verde.** A ação destaca preocupações relacionadas ao incentivo do uso excessivo de agrotóxicos, considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente. O partido argumenta que as novas normas, que propõem uma redução de 60% nas alíquotas para agrotóxicos e insumos agropecuários, violam direitos fundamentais e os deveres do Estado em regulamentar atividades perigosas. O texto em questão, que está sob análise do STF, é parte de uma proposta de reforma tributária em discussão desde dezembro de 2023, quando a Emenda Constitucional foi promulgada. O PV propõe que essa ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) seja analisada em conjunto com outra protocolada pelo PSOL, que também questiona a constitucionalidade do convênio do Confaz, que concede benefícios fiscais para agrotóxicos desde 1997. A expectativa é que a posição do relator, ministro Edson Fachin, sobre a questão seja rápida, podendo impactar a regulamentação da nova estrutura tributária, que deve entrar em vigor em 2026. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **CCJ: debatedores temem custos, prazos e harmonização na transição da reforma tributária.** Durante uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o novo sistema de tributação que implementará o IVA dual (CBS e IBS) gerou preocupações entre os empresários sobre o curto prazo para adaptação, que vai de 2026 a 2033. O relator, senador **Eduardo Braga** (MDB/AM), destacou a necessidade de harmonização entre as legislações das esferas federal, estadual e municipal, diante do temor de interpretações divergentes na fiscalização. A transição total se estenderá até 2077, com a União comprometendo R\$ 160 bilhões para compensar os impactos sobre contribuintes por conta da proibição de novos benefícios fiscais.
 - » A audiência revelou que o prazo de 3 meses para ajustes nos sistemas e processos é visto como insustentável, levando o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap) a sugerir uma prorrogação da implementação. Outro ponto crítico discutido foi a necessidade de clareza nas atribuições de fiscalização, para evitar custos adicionais aos contribuintes devido a interpretações conflitantes.
 - » A secretária especial adjunta da Receita Federal, **Adriana Gomes**, defendeu que a regulamentação deve ser clara e apresentar mecanismos para que os contribuintes possam corrigir documentos sem sanções. Além disso, as alterações propostas visam garantir a compensação de créditos de tributos antigos após a transição, enquanto há um apelo por uma abordagem mais colaborativa entre fisco e contribuinte, desassociando bons pagadores de maus contribuintes. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Designado relator para projeto de adequação do Simples Nacional à Reforma Tributária.** O deputado Mário Negromonte Jr. (PP/BA) foi designado relator do [PLP 7/2024](#), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). O projeto estabelece regimes diferenciados e simplificados para micro e pequenas empresas no contexto da Reforma Tributária (EC 132/2023). Entre as principais propostas, destaca-se a atuação conjunta entre os Comitês Gestores do Simples Nacional e do IBS para disciplinar a substituição tributária e a criação de regimes específicos

para o IBS. Também prevê a possibilidade de Estados com participação no PIB de até 1% aplicarem um sublimite de R\$ 1,8 milhão para o recolhimento do IBS por empresas no Simples Nacional. Além disso, o projeto determina que, entre 2028 e 2032, os percentuais do ICMS e ISS sejam gradualmente destinados ao IBS, reduzindo-os em um quinto por ano. Durante a análise na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), foi incorporado o texto do PLP 68/2024 para evitar conflitos entre propostas em tramitação, permitindo também que o sublimite obrigatório de R\$ 3,6 milhões para ICMS e ISS seja ampliado para R\$ 4,8 milhões, se autorizado por lei local. Outra mudança permite que empresas com débitos tributários comuniquem a exclusão do Simples Nacional em até três meses, ampliando o prazo atual de um mês. O projeto aguarda parecer na CFT antes de seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o Plenário e, em caso de aprovação, para o Senado Federal.

Ambiental

- **Vai à CCJC projeto institui Política Federal TI Verde.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou o [PL 587/2022](#) (Institui a Política Federal TI Verde), seguindo o parecer favorável, com substitutivo do deputado **Julio Cesar Ribeiro** (REP/DF). A matéria segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto será remetido ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara*.

Trabalhista

- **Câmara aprova urgência de projeto sobre revogação de regras sindicais.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a urgência ao [PL 1663/2023](#) (revogação de regras sindicais), atendendo requerimento do deputado **Ossessio Silva** (REP/PE), relator da matéria na Comissão de Trabalho (CTRAB). Com efeito, o projeto aguarda a designação de relator e apresentação de parecer, podendo ser incluído na pauta do Plenário após acordo das lideranças partidárias. Caso aprovado, segue para apreciação do Senado.
- **Secretaria de Relações do Trabalho cria GT para organizar a 2ª Conferência Nacional do Trabalho.** A Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (SRT/TEM) criou Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho, por meio da [Portaria nº 1.897/2024](#), para analisar e sugerir proposta de organização da 2ª Conferência Nacional do Trabalho em caráter temporário, válido até março/2025, podendo ser prorrogado por mais três meses. O GT poderá contar com a participação de representantes de outros órgãos, entidades e colegiados, públicos e privados, bem como de especialistas, que serão convidados a participar e apresentar contribuições aos temas a serem debatidos.

Saúde

- **Pronto para pauta projeto que dispõe sobre oferta de cartão único do SUS.** A deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP) apresentou novo parecer com substitutivo ao PL 5875/2013 (*prevê a criação de cartão de identificação do usuário do SUS*) e apensados na Comissão de Saúde (CSAUDE). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CSAUDE o projeto anda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara. Caso aprovada, a matéria será remetida à votação do Senado Federal.
- **Aprovada urgência para projeto que incorpora Política Nacional de Proteção à Saúde Mental.** Foi aprovado requerimento do deputado **Dorinaldo Malafaia** (PDT/AP) que alterou o regime de tramitação do PL 3786/2024, (*Institui a Política Nacional de Proteção à Saúde Mental em face do uso excessivo de tecnologia e das redes sociais*), concedendo urgência ao seu tratamento no Plenário da Câmara dos Deputados. O projeto está apensado ao PL 3224/2024 (*Institui a Campanha Nacional de Utilização Consciente da Tecnologia Digital*), que aguarda designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) e está pronta para Pauta no Plenário (PLEN).

Administração Pública

- **Apresentados relatórios às Emendas de Plenário aos projetos sobre processos tributários e administrativos.** A Comissão Temporária Interna sobre Processo Administrativo e Tributário (CTIADMTR) do Senado Federal realizou reunião para a apresentação e leitura dos relatórios de análise das emendas de plenário apresentadas aos PLs 2481/2022 (*Lei de Processo Administrativo Federal*), 2483/2022 (*processo administrativo tributário federal*) e 2488/2022 (*Cobrança da dívida ativa*). Após a leitura dos pareceres, foi concedida vista aos projetos para que os parlamentares possam analisar as alterações incorporadas. A comissão convocará reunião deliberativa para a próxima terça-feira (3), às 14h. Além disso, durante a reunião, o relator dos projetos, senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB) informou que ainda não há acordo com o governo sobre os PLPs 124/2022 (*normas gerais de prevenção de litígios, consensualidade e processo administrativo tributário*) e 125/2022 (*Código de Defesa do Contribuinte*), e que o Executivo ainda não apresentou sugestões para os pontos de divergência. Dessa forma, ainda não há previsão de deliberação dos PLPs. Após a apreciação das emendas pelo colegiado, os projetos de lei seguem para a deliberação final do Plenário. Posteriormente, serão enviados à Câmara dos Deputados.
- **MGI publica medida sobre custos mínimos e garantias trabalhistas em contratos públicos.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou, nesta semana, a Instrução Normativa nº 176/2024 que dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com

regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Dentre outros, a norma prevê que o órgão ou entidade deverá identificar, na fase preparatória para a contratação de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra: **(I) a categoria profissional do serviço**, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO); e **(II) o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo aplicável para calcular os custos relacionados à categoria**.

- » é **vedado** definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente. Também é **vedado** ao órgão ou entidade contratante exercer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais, que decorram de encargos legais.

- **Eleitos novos membros do Conselho Consultivo da Anatel.** O Conselho Consultivo da Anatel realizou sua 223ª reunião, para a **eleição de novos líderes para o próximo mandato**, a ser iniciado em fevereiro de 2025. **Fabício da Mota Alves**, indicado pelo Senado Federal, **foi escolhido como presidente**, enquanto **Romero Guimarães**, representante das entidades de usuários, **assumiu a vice-presidência**. A pauta da reunião incluiu discussões sobre os estudos da Anatel referentes à Inteligência Artificial, além de estratégias para combater golpes virtuais como spam e phishing. Os conselheiros também abordaram a questão do compartilhamento de postes, medida que visa otimizar a infraestrutura de telecomunicações, e as iniciativas da Anatel no que tange à regulação de plataformas digitais e market places. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Política

- **Senado tem agenda intensa até o final do ano.** O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou na quinta-feira (28), após reunião de líderes, que o Senado fará um esforço concentrado nas próximas três semanas, que antecedem o recesso parlamentar, para votar projetos como a proposta que libera o funcionamento de bingos e cassinos no Brasil e a regulamentação da inteligência artificial, além de indicações de autoridades. Os temas se somam a duas reformas já em andamento: a regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024), que tem sido debatida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o pacote de corte de gastos proposto pelo Poder Executivo, que vai passar primeiro pela Câmara dos Deputados. Esses dois textos são considerados prioritários na atividade do Senado antes do recesso, que começa em 22 de dezembro. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Anatel não convida ministro das Comunicações para anúncio do 5G e gera mal-estar.** A liberação da internet móvel 5G para todos os municípios do Brasil, anunciada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na terça-feira (26), provocou tensões no Ministério das Comunicações (MCom), que se viu excluído do evento. O ministro **Juscelino Filho** e seus secretários não foram convidados para a coletiva de imprensa, o que gerou desconforto, especialmente porque iniciativas de inclusão digital estão sob a responsabilidade de sua pasta

no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), ao qual a Anatel está vinculada. A insatisfação se intensificou em relação a **Vinicius Caram**, presente no anúncio, já que sua nomeação como conselheiro da Anatel ocorreu durante a gestão de Juscelino. Em contraponto, a Anatel informou que havia comunicado previamente ao ministério sobre a coletiva e enviado uma minuta do conteúdo a ser divulgado. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

Orçamento

- **Governo Lula anunciou um pacote de contenção de gastos.** A previsão é a economia de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026 e R\$ 327 bilhões até 2030, visando garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal. Entre as medidas estão a limitação do ganho real do salário-mínimo, vinculado ao teto de despesas, ajustes no Fundeb para priorizar matrículas em tempo integral, e restrições ao abono salarial, que passará a beneficiar apenas quem ganha até 1,5 salário-mínimo. Também haverá mudanças no BPC, incluindo regras mais rigorosas de acesso e atualização cadastral obrigatória. Outras medidas incluem a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032, restrições a novos concursos públicos, e alterações tributárias, como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 e a criação de um imposto mínimo progressivo para super-ricos com renda acima de R\$ 50 mil mensais. O governo também prevê uma redução de 10% nos subsídios concedidos, gerando uma economia de R\$ 1,8 bilhão. As medidas serão enviadas ao Congresso, com expectativa de aprovação até o fim de 2023, e buscam atender à pressão de investidores e garantir o equilíbrio fiscal do país.

Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

Nomeações

- **Designados membros do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas.** No âmbito do Ministério das Comunicações (MCom), foi divulgada a [relação nominal](#) dos [membros designados a compor o Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas \(CS-Ceadi\)](#).